

# A ÉTICA PROFISSIONAL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR

Andréa dos Santos Leite

**Resumo:** Objetiva-se com o presente trabalho, analisar através de pesquisa bibliográfica, a importância do intérprete no Ensino Superior, compreendendo que este deve ter consciência de quando seu trabalho é fundamental na aprendizagem dos alunos surdos. Desta forma, este profissional deve estar bem capacitado, com a responsabilidade de transmitir mensagens faladas e sinalizadas, atentando para as necessidades pessoais e educacionais dos alunos, rompendo velhos paradigmas fazendo e proporcionando a reforma educacional que a inclusão propõe. Para que isso aconteça, é de fundamental importância se conhecer o verdadeiro significado da palavra ética profissional, identificar a sua real importância na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos surdos. Desta forma espera-se relatar de forma consciente a importância desse tema e sua responsabilidade. Para respaldar o trabalho utilizaremos autores como: Minayo (1989), Felipe (2001), Ferreira (1988) Motta (1984), Rios (1993), entre outros.

**Palavras-Chaves:** Ética. Aprendizagem. Intérprete. Diversidade

**Abstract:** Objective with this study, analyze through literature, the importance of the interpreter in higher education, understanding that this should be aware of when their work is fundamental in learning of the deaf students. Thus, this professional must be well trained, with the responsibility of transmitting spoken and flagged messages, noting the personal and educational needs of students, breaking old paradigms and making providing educational reform that proposes inclusion. For this to happen, it is crucial to know the true meaning of professional ethics word, identify their real

importance in the learning and development of deaf students. Thus, it expected to report consciously the importance of this issue and responsibility. To support the use authors working as Minayo (1989), Felipe (2001), and Ferreira (1988) Motta (1984), Rivers (1993), among others.

**Key Words:** Ethics. Learning. Interpreter. Diversity.

## **Introdução**

Como há de se verificar, os processos interacionais que nos permitem compreender os surdos, constrói conceitos partindo das interpretações realizadas pelo profissional interprete de LIBRAS. Desta forma torna-se interessante mencionar que o trabalho do tradutor em sala de aula, nas igrejas, em reunião, torna-se fundamental para que haja essa interação entre as pessoas ouvintes e os surdos.

Com base nessas considerações, a realização desse trabalho justifica-se em considerar as dificuldades e as responsabilidades do intérprete, assim como a ética da sua profissão, sabendo que o seu papel é um catalisar de práticas e valores novos.

O trabalho que se caracteriza como uma pesquisa bibliografica, para a qual se utiliza de idéias de vários autores entre eles Minayo (1989), Felipe (2001), Ferreira (1988) Motta (1984), Rios (1993), para discutir e elucidar as questões nele elencadas, entre essas as diversas ideologias que ultrapassam os discursos sobre a surdez e seus desafios na história; as necessidades dos alunos com deficiencias auditivas; as formas de interagir com recursos e como estudam; as necessidades de adaptação e desafios .

Os objetivos do presente estudo são: Pesquisar no campo da educação especial a questao da surdez, discutindo as principais dificuldades que o surdo enfrenta em relação a aprendizagem, e a

ética do intérprete nesta questão; recursos e estudos disponíveis as necessidades de adaptação e os principais desafios encontrados; Pesquisar no campo da educação especial as necessidades dos alunos surdos. Analisar como ocorre a surdez, e suas causas e consequências, e a função do intérprete.

### **Definição de ética**

Para Contrim (1997, p.221), Ética é a parte da Filosofia que busca refletir sobre o comportamento humano sob o ponto de vista das noções de bem e mal, de justo e de injusto. Com base nessas considerações, Ética assume dois objetivos: o primeiro diz respeito à elaboração de princípios de vida capazes de orientar o homem para uma ação moralmente correta; e o segundo diz respeito à reflexão sobre os sistemas morais elaborados pelo homem. Desta forma, nota-se que a ética se baseia em uma filosofia de valores compatíveis com a natureza. O fim de todo ser humano, por isso, o agir da pessoa humana está condicionada a suas premissas consideradas básicas da ética, o que é o homem e para que vive logo toda capacitação científica ou técnica precisa estar em conexão com os princípios essenciais da ética.

É uma tendência de o ser humano se defender, em primeiro lugar, seus próprios interesses e, quando esses interesses são de natureza pouco recomendável, ocorrem sérios problemas. Sabe-se que entre a sociedade de hoje e aquela primitiva não existem mais níveis de comparação quanto a sua complexidade. Deve-se reconhecer, porém, que nos núcleos menores, o sentido de solidariedade é bem mais acentuado, assim como os rigores éticos. Poucas comunidades de maior dimensão possuem, na atualidade o espírito comunitário; também, com dificuldades enfrentam as

questões classistas. A vocação para o coletivo, já não se encontra nos dias atuais (Motta, 1984).

Existe um bem comum a defender e do qual todas as pessoas dependem para o bem-estar próprio e de seus semelhantes, havendo uma inequívoca interação que nem sempre é compreendida. Este incremento do individualismo gera sempre risco de transgressão ética, e assim, imperativa se faz a necessidade de uma tutela por intermédio do estabelecimento por escrito, de normas que disciplinem as condutas humanas, dizendo se elas são ou não éticas.

Sabe-se que uma disciplina de conduta protege a todos, evitando o aparecimento de uma situação de caos que pode imperar quando de outorga ao indivíduo o direito de tudo fazer, ainda que prejudicando terceiros. É preciso que cada um ceda alguma coisa para receber muitas outras e esse é o princípio que sustenta e justifica a prática virtuosa perante a comunidade. O homem não deve construir seu bem à custa de destruir o de outros, nem admitir que só exista a sua vida em todo o universo (Motta, 1984).

A ética do agir profissional é uma construção do sujeito que assume uma atividade profissional e é também uma categoria profissional, essa categoria segue alguns princípios morais que levam à construção da ética, ou seja, a conduta desse sujeito, tendo como base a sociedade e sua participação enquanto sujeito, indivíduo socialmente construído.

## **A Ética e a Moral**

Cumprase analisar que de acordo com Rios (1993), a Moral se classifica como um conjunto de normas e regras destinadas

a regular as relações dos indivíduos numa dada comunidade sociais. Desta forma, a moral fica compreendida como algo que se impõe de fora para dentro, baseada nos costumes de uma sociedade.

Para Dalai Lama (2000), a conduta ética consiste em não se fazer mal às pessoas, em levar em consideração os sentimentos dos outros. Com base nesta consideração, a prática da ética se desenvolve à medida que transformamos a empatia em amor e compaixão, e quando conseguimos isto, todos ganham em qualidade de vida e felicidade. Desta forma, este princípio deve permear todos os currículos educacionais inclusive o planejamento do trabalho do interprete de LIBRAS. Como remate é importante frisar que, a Ética é o estudo sistemático de argumentação como devemos agir. É o estudo geral do que é bom ou mal correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado dentro da sociedade onde o indivíduo está inserido. Convém ressaltar que um dos objetivos da Ética é a busca da justificativa para as regras propostas pela moral. Assim, a Ética a análise crítica dos costumes, normas e regras da moral que serão aceitos ou questionados pelos indivíduos. É a ação do indivíduo de acordo com seus valores e com as ações que lhes são apresentadas em um determinado momento, implicando também em responsabilidade. Em suma a moral, faz parte da sociedade, enquanto que a ética é individual e crítica, estando relacionada à liberdade de escolha e a responsabilidade.

### **Singularidade da pessoa surda**

Segundo Perin (1998), pode-se afirmar que a identidade do surdo começa pelo direito de serem surdo, com suas

singularidades, conseqüências, diversidades e implicações em construção, pois pode ser transformada frequentemente ou estar em movimento que impulsiona o sujeito a diferentes posições. A identidade da pessoa surda, sempre está em proximidade, em situação de necessidade com o outro igual, o sujeito sempre está em situação de necessidade diante da sua identidade.

É evidente que as pessoas surdas assumem formas multifacetadas em vista das fragmentações a que estão sujeitas frente à sociedade, que lhe impõe regras, inclusive, encontrando no seu estereótipo uma resposta para a negação da representação da identidade surda ao sujeito surdo. Com sua identidade formada, não é preciso lutar para aprender a se comportar como um ouvinte, pois se vendo como pertencente a um grupo poderá afirmar seus próprios valores. De acordo com Santana e Bergamo (2005):

Os surdos sempre foram, historicamente, estigmatizados, considerados de menor valor social. Afinal, faltava-lhes a característica eminentemente humana: a linguagem e suas virtudes cognitivas. Sendo destituídos dessas “virtudes”, os surdos eram “humanamente inferiores”. A língua de sinais era considerada apenas uma mímica gestual, e sempre houve preconceitos com relação ao uso de gestos para a comunicação. [...] Assim, os surdos são, não raras vezes, situados a meio caminho entre os ouvintes, considerados humanos de qualidade superior, ou humanos em toda a sua plenitude, e os subumanos, desprovidos de todos os traços que os assemelham aos seres humanos. A defesa e a proteção da língua de sinais, mais que significar uma autossuficiência e o direito de pertença a um mundo particular, parecem significar a proteção dos traços de humanidade, daquilo que faz um homem ser considerado homem: a linguagem. (Santana Bergamo, 2005, p. 566).

Segundo Felipe (2001), a surdez denomina-se como a perda da capacidade de ouvir, em seu aspecto natural, a pessoa torna-se incapaz de compreender a fala e se comunicar. Exerce um impacto na sociedade, no ponto de vista econômico, envolvendo altos custos na sua detecção e reabilitação, e na vida psicossocial tanto do paciente, como na família e a sociedade em geral. Interfere de forma definitiva no desenvolvimento de capacidades verbais e da linguagem da criança, acarretando assim, dificuldades na aprendizagem, e na sua evolução social, emocional e cognitiva.

A surdez infantil compromete a aquisição da linguagem, sabendo-se que, os três primeiros anos de vida são os mais importantes para a aprendizagem da fala. Há uma grande disparidade quanto às perdas auditivas, que vão desde perda suave, moderada e profunda, existem pessoas capazes de ouvir e pronunciar palavras quase que totalmente dentro da normalidade; já em outros casos, é quase inexistente a percepção do som e o domínio da fala, no caso das pessoas que pertencem ao grupo da surdez profunda, não ocorre nenhuma forma de comunicação oral, mas sim gestual, através da linguagem de sinais, se estes tiverem acesso a ela.

De acordo com Felipe (2001), o problema da surdez pode envolver aspecto de ordem médica, e faz-se necessária intervenção terapêutica, não se esquecendo das questões de ordem educacional, social, trabalhistas, políticas, entre outras. O deficiente auditivo está inserido no ambiente histórico-social, e sendo assim, interage com o mundo exterior, devem comunicar-se e expressar seus pensamentos como qualquer outra pessoa, através de uma linguagem; que lhe seja natural, ampliando os

processos cognitivos, intensificando a capacidade de elaborar conceitos e de intuir as distinções entre significante e significado, portanto, o surdo é potencialmente capaz de operar essas funções, propiciando condições para a sua interação ao mundo, com os outros e consigo.

### **A importância do intérprete e sua ética profissional**

De acordo com Quadros (2004), a profissão do Intérprete foi reconhecida no dia 1º de setembro de 2010, pela Lei nº 12.319, suscitando discussões acerca dos parâmetros para o exercício dessa função, como a sua formação, atuação e valorização. Partindo o desse pressuposto o autor relata que:

[...] processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos. (Quadros, 2004, p.27).

Segundo o autor, a área mais requisitada para o profissional Intérprete é a educação, pois a escola é uma instituição que deve viabilizar aos seus educandos, surdos ou não; um ambiente saudável, acolhedor, que proporcione condições de comunicação que garantam a aprendizagem através do acesso à grade curricular de cada série além das questões sociais, culturais e históricas incluídas em cada informação a ser desenvolvida nesse espaço. Segundo a Resolução CNE/CEB nº 2 (2001), artigo 12, diz que:

[...] deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de Sinais [...].

Portanto, a utilização da Língua de Sinais deve ocorrer no processo educativo, quando houver a presença de aluno surdo, visto que este possui dificuldades para a compreensão de informações através da língua oral. Dessa forma, os professores precisam dominar a Língua Brasileira de Sinais como também ter o apoio de um profissional capacitado nesse assunto, ou seja, um Intérprete de Libras/Língua Portuguesa. Há alguns anos, muitos profissionais do convívio dos surdos desenvolveram a função de intérprete e desenvolvem ainda hoje em alguns municípios esta função, pois não havia uma regulamentação própria para esta profissão.

Segundo Aurélio (1988), o intérprete é a pessoa que serve de intermediário para fazer compreender indivíduos que falam em diferentes idiomas. Com base nessas considerações, o tradutor trabalha com texto escrito e o resultado de sua tradução é um “outro” escrito; o intérprete lida com a fala, e o resultado de seu trabalho é uma “outra” fala. Transpondo tal conceituação para a língua de sinais, deve-se assumir que o profissional responsável por transpor discursos falados para Libras, ou o contrário, é o intérprete. Já o que transpõe um discurso escrito para Libras é o tradutor. O intérprete de Libras é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função. Ele deve ter domínio dos processos, modelos, estratégias e técnicas de tradução/interpretação, além de

possuir formação específica na área de sua atuação como, por exemplo, a área educacional.

O Intérprete é a pessoa que deve ser fluente na Língua Brasileira de Sinais, e também na Língua Portuguesa, ele também pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, Língua de Sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa (por exemplo, conferências internacionais) além de possuir certificação do MEC, Atesto disponibilizado pelo CAS, Prolibras, Licenciatura ou Bacharel em Tradução/Interpretação (Letras/Libras) ou Certificação Feneis. Ele atua no que diz respeito à necessidade comunicativa dos surdos, seja no ato de interpretar ou traduzir interpretando a fala do outro numa realidade compreensível ao surdo. Isso não quer dizer que os surdos aprenderão facilmente os conteúdos, pois deve ser considerado o tempo pelo qual a criança faz uso da língua de sinais, além do intérprete não ter a função de ensinar, cabe ao professor. Sendo assim, o Intérprete na escola é o mediador no processo de comunicação entre o aluno surdo e o professor, o aluno ouvinte e a escola nas aulas, cursos, palestras, debates, visitas, provas, atividades extraclasse, eventos, gincanas, entre outros, onde os alunos estejam envolvidos e façam parte do planejamento escolar, promovendo assim a integração no processo escolar do aluno surdo.

Para isso, o Intérprete acima de tudo, precisa entender os surdos, seus aspectos culturais, indenitários, a riqueza de sua língua e ainda saber esses recursos, trata-se da Ética Profissional do Intérprete. O ato de interpretar é uma tarefa muito mais complexa do que se presume e exige dos envolvidos, não somente a prática de interpretação, mas profundo

conhecimento teórico sobre a área desenvolvida em sala de aula. O Intérprete precisa ser membro ativo no processo de inclusão educacional do aluno surdo, desmistificando a Língua de Sinais a toda comunidade escolar. Precisa participar de estratégias que facilitem o relacionamento entre o grupo escolar, auxiliando no planejamento das atividades, já elaboradas e discutidas com o pedagogo nas horas-atividades; aprimorem o aprendizado do aluno surdo, participando juntamente com os professores e pedagogos das adaptações necessárias de vocabulário e conteúdo em Língua de Sinais para o momento da interpretação, seguindo o Código de Ética do Intérprete.

### **A Função do Intérprete**

Podemos perceber que ao longo da história, a formação do interprete/tradutor de língua de sinais se deu informalmente, através de instituições religiosas, que procuravam a evangelização dos surdos e por meio de amigos e familiares que por terem algum parente surdo, se viram na missão de intermediar os diálogos entre eles e ouvintes, nos fins dos anos 1990 surgiram os primeiros cursos de Formação de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais(TILS) pelo país, contudo estes cursos eram de curta duração, formando profissionais com um conhecimento parcial em Libras

O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em

função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula. Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. O intérprete, por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído. Vale ressaltar que se o intérprete está atuando na educação infantil ou fundamental, mais difícil torna-se a sua tarefa. As crianças mais novas têm mais dificuldades em entender que aquele que está passando a informação é apenas um intérprete, é apenas aquele que está intermediando a relação entre o professor e ela.

### **Preceitos éticos**

É bem verdade que o papel do intérprete é fundamental para que o surdo seja inserido na sociedade, contudo este trabalho deve obedecer alguns princípios éticos para realizar seu trabalho com qualidade. Com base nessa consideração, os preceitos a serem respeitados são:

- Imparcialidade (interpretação neutra, sem dar opiniões pessoais);

- Distância profissional (não haver interferência da vida pessoal);
- Confiabilidade (sigilo profissional);
- Descrição (estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- Fidelidade (interpretação dever ser fiel, sem alterar a informação mesmo que seja com a intenção de ajudar).

O código de ética o intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços mantendo a dignidade e não chamando atenção. O código tem por objetivo orientar o profissional interprete de LIBRAS em sua atuação, descrevendo o tipo de relação em que o mesmo poderá estabelecer pôr as partes envolvidas nessa interpretação. Essa atividade abrange profissionais de diferentes áreas como: pedagogos, fonoaudiólogos, etc. Desde os níveis secundários ao nível de mestrado, podendo encontrar pessoas se especializando e para se tornarem mais qualificados.

### **Onde o Intérprete atua**

Devido a enorme demanda de profissionais para o mercado de trabalho, ocorre o aumento por pessoas interessadas em adquirir conhecimentos da Libras para a utilização no mercado de trabalho. Aos que desejam entrar no mercado de tradução e interpretação vale ressaltar que são profissões em ascensão, onde o mercado é extremamente exigente, sendo necessário investimentos em conhecimentos técnicos. Existem diversos níveis de formação de intérprete surdos, que vão desde nível

secundário ao nível de mestrado, desempenha o papel atuando nas situações formais como nas escolas, palestras, reuniões, conferências, igrejas, fóruns jurídicos e até em programas de televisão facilitando assim a compreensão ao sujeito surdo respeitando todas as normas e respaldo institucional.

Interessante se torna a mencionar que o que existe de formalizado é o Letras/Libras que aplicado para graduar pessoas que já são fluentes em língua de sinais – concedendo a graduação na língua. Como remate é importante frisar que as provas possuem dois níveis: uma para medir conhecimento para o ensino de Libras, e outra para medir conhecimento para a interpretação da língua. A atuação em outros ambientes, haja vista não apenas realizar a mediação da língua majoritária para a língua de sinais, mas, principalmente, pela transposição dos conteúdos educacionais de LIBRAS para LP e vice-versa. Essa prática diferenciada acarreta em seu envolvimento, de alguma forma, nas práticas educacionais, pois sua atuação ultrapassa o limite da tradução/interpretação a fim de favorecer o aprendizado do estudante surdo incluído. Segundo ainda a autora, esse aspecto singular da atuação do intérprete educacional não pode nem deve ser entendida como a ocupação do lugar do professor, o qual tem tarefa de ensinar. Neste sentido, procuramos com a presente pesquisa, identificar a real percepção da comunidade universitária a respeito do profissional TILS diante da responsabilidade de promover a inclusão de estudantes surdos ao ensino superior. Consideramos por comunidade universitária aquela formada pelo corpo docente e discente, surdos e ouvintes, cujas instituições de ensino superior – IES se reconheçam como instituições inclusivas. Assim, para responder à indagação-tema

desta pesquisa, partimos do pressuposto conceitual do termo “recurso”, o qual, em uma das definições de Rocha (1996), é tudo aquilo que utilizamos para vencer uma dificuldade. Dessa forma, para a comunidade do ensino superior, o TILS é ou não é um recurso de inclusão do estudante surdo ao ensino superior? Este foi o questionamento respondido por meio da presente pesquisa:

### **O intérprete no curso superior**

É importante mencionar que o papel de interpretar alunos surdos em sala de aula passou a fazer parte do contexto educacional, no momento em que a inclusão de alunos com necessidades especiais começou a tomar corpo no ensino regular. Desta forma os estudantes que outrora foram considerados à margem da Educação Básica Regular, passaram a participar dos cursos/turmas e instituições regulares. Com base as essas considerações, para que os alunos surdos pudessem verdadeiramente serem considerados alunos inclusos a educação regular, se fez necessário que estes alunos, tivessem um mediador, transmissor da comunicação entre eles e o professor. Desta forma, de acordo com Quadros (2007) o intérprete de língua de sinais é o profissional a quem é requerido o domínio da língua de sinais e da língua falada do país. Dessa forma, no Brasil, o ILS deve dominar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa (LP).

Brasil (2005), apresenta a seguinte orientação sobre o Interprete de Libras, assim:

Em 2005, o decreto n. 5.626/2005 (BRASIL, 2005) tratou da inserção do intérprete no ensino infantil, fundamental e de nível médio à superior, a fim de auxiliar o aluno surdo no aprendizado do conteúdo ministrado em sala de

aula. O mesmo decreto dispõe da necessidade das instituições do Ensino Superior de oferecer curso de Libras e intérpretes na graduação ou como forma de extensão de maneira a garantir um ambiente de interação entre alunos surdos e alunos ouvintes no sistema educacional - além de ampliar as oportunidades de trabalho, para ambos surdos e ouvintes.

Ainda de acordo com o autor, a palavra intérprete e tradutor da língua de sinais e da língua portuguesa pode ser definida como aquele interpreta de língua fonte para outra língua alvo. Desta forma e baseado no decreto acima citado, a formação deste profissional é alcançada através de um curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em LIBRAS/língua portuguesa, podendo atuar em todos os níveis educacionais, do básico ao superior.

### **Considerações finais**

O surdo deve ser respeitado como indivíduo participante da sociedade com direitos e deveres que devem ser respeitados e garantidos por Lei. Desta forma é papel fundamental das entidades governamentais, sociedade, família e estabelecimentos escolares promover eventos e atividades que proporcionem a esta comunidade surda sua inserção na sociedade.

Com base nessas considerações, todas essas entidades podem se utilizar da Língua Brasileira de Sinais, pois é uma característica primordial da Cultura Surda no país.

Vale ressaltar que o trabalho de intérprete de Libras não pode ser visto apenas, como um trabalho linguístico. Se faz necessário que o professor e o intérprete considerem o momento cultural e social na qual o discurso está sendo enunciado, sendo,

portanto, fundamental, mais do que conhecer a gramática da língua, conhecer o funcionamento da mesma, dos diferentes usos da linguagem nas diferentes esferas da atividade humana. Neste sentido interpretar envolve conhecimento do mundo, que mobilizado pela cadeia enunciativa e contribui para a compreensão do que foi dito e como perceber os sentidos expressos no discurso.

Desta forma, como se pode notar, o papel do intérprete na sociedade é fundamental, pois trará ao indivíduo surdo para o centro das conversações e interações sociais que outrora não aconteciam por falta de entendimento de ambas as partes. Contudo com o trabalho do intérprete esta lacuna foi fechada e tanto ouvinte como surdos podem se comunicar através das Libras.

Depois dessas breves notações preliminares podemos concluir que o intérprete de Libras tem a função de ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor e os colegas de sala bem como com a equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir de tradutor entre as pessoas que compartilham de línguas diferentes. Essa atividade exige estratégias mentais na área de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação a participação dos alunos em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares. Desta forma, quanto à postura intérprete deve se conscientizar de que ele não é o professor, e em situações pedagógicas não poderá resolver, limitando-se as funções comunicativas de sua área. Desta forma o contato com os alunos não pode de maneira nenhuma ser maior que a atuação do professor da sala.

Em suma, o intérprete é um profissional fundamental na escola e em outros ambientes também, pois facilita a conversação

entre os surdos e os ouvintes, desde que o intérprete respeite o código de ética que existe na profissão.

### **Referências bibliográficas**

COTRIM, G. **Fundamentos da filosofia: ser, saber e fazer**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DALAI LAMA. **Uma ética para o novo milênio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

FELIPE, T. A. **Libras em contexto**. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 777.

MINAYO, M. C. de S. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 71 p.

MOTTA, N. de S. **Ética e vida profissional**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1984.

Perlin G. **Identidades Surdas. In: Skiliar. A surdez um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. **Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas**. Educação e Sociedade, vol. 26, n. 91, Campinas, 2005.